

Animais e o Planejamento Urbano: Reflexões Sobre o não-humano nas cidades

Fábio Luiz Zanardi Coltro¹

Resumo

Na contemporaneidade, a questão animal vem sendo discutida em diversas esferas científicas, sociais e políticas. A importância da relação humano-animal surge nas agendas no cenário das discussões contemporâneas. No campo das ciências geográficas a questão animal assume, a partir dos anos 1990, uma outra dimensão, e tem se destacado em relação as novas interpretações do espaço nessa relação humano-animal. A proposta deste artigo é discutir, a partir de uma revisão bibliográfica, a inserção dessa outra discussão animal, proposta por Wolch (2007), nas discussões sobre o planejamento urbano apresentados por Mendonça (2004). Wolch (2007) apresenta a zoópolis, uma cidade híbrida, com os animais como agentes corresponsáveis, como alternativa para a urbanização excludente. Atentando também a questão da agência dos animais não-humanos, nesse escopo discute-se as implicações no planejamento urbano, assim como na construção social do espaço. Como consequência desta aproximação, destaca-se a necessidade de se rever a interpretação dos animais como sujeitos/agentes na discussão urbana.

Palavras-chave: Animais. Planejamento Urbano. Agente. Vulnerabilidade

Animals and Urban Planning: Reflections on the nonhuman in cities

Abstract

In contemporary times, the animal question has been discussed in several scientific, social and political spheres. The importance of the human-animal relationship arises on the agendas in the context of contemporary discussions. In the field of geographic sciences, the animal question has taken on another dimension since the 1990s and has stood out in relation to the new interpretations of space in this human-animal relationship. The proposal of this article is to discuss, from a bibliographical review, the insertion of this other animal discussion, proposed by Wolch (2007) in the discussions about urban planning presented by Mendonça (2004). Wolch (2007) presents zoopolis, a hybrid city with animals as co-responsible agents, as an alternative to exclusive urbanization. Also addressing the issue of the agency of non-human animals, this scope discusses the implications of urban planning, as well as the social construction of space. As a consequence of this approach, it is necessary to review the interpretation of animals as subjects / agents in the urban discussion.

Keywords: Animals; Urban planning; Agency; Vulnerability;

¹ Mestre e Doutor em Geografia pela UEL - Universidade Estadual de Londrina e University of Cambridge (UK). Desenvolveu pesquisas na área de Animal Geographies; Ética Animal; Pós-humanismo; Bioética, Meio Ambiente. Atualmente é docente convidado do programa de Mestrado em Administração da Uel. fzcoltro@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/3928107337818907>

Animais e o Planejamento Urbano: Reflexões Sobre o não-humano nas cidades

1 Introdução

A questão dos estudos animais, afora a biogeografia, não tem sido tema central nas pesquisas em geografia.

Embora alguns estudos tenham sido realizados no início do séc. 20 (HARTSHORNE, 1939; NEWBIGIN, 1913; PRENANT, 1933; SORRE, 1947; VEYRET, 1951), foi somente na década de 1990 que a relação entre humanos e animais (não-humanos) vem sendo investigada. Tais estudos têm como foco não mais a “geografia animal” (biogeografia/zoogeografia), um subcampo da distribuição populacional, mas sim a relação dos animais não-humanos com a humanidade. Algo que podemos chamar de “humanimalia”².

Em outros campos do saber essa temática vem tomando corpo teórico, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, com a filosofia e os trabalhos de Peter Singer (2004), Tom Regan (2006) e Bernard Rollin (2006).

Uma breve revisão na literatura apresenta-nos uma preocupação de outras áreas com essa temática, com destaque para a sociologia dos direitos dos animais (TESTER, 1992); a história da relação humano-animal (RITVO, 1987; THOMAS 1983); a antropologia social das relações humano-animal (CARTMILL, 1993; INGOLD 1994); animais como comida e nas dietas (BOURDIEU, 2011; DOUGLAS 1975; FIDDES, 2004; GOODMAN & REDCLIFT, 1991; MENNELL 1993; TWIGG 1983; VIALLES 1994); animais de companhia ou PET (SERPELL, 1995, 1996; SERPELL & PAUL, 2006). A relação humano-animal é, também, uma importante dimensão nos recentes artigos na agenda da sociologia da natureza (MACNAGHTEN & URRY, 1995; MURPHY, 1995).

Na geografia, os trabalhos de Wolch e Emel (1995) e Philo e Wilbert (2000) abrem caminho para uma reinterpretação das relações humano-animal na década de 1990. Os geógrafos repensaram os conceitos pós-estruturalistas e começaram a discutir a subjetividade dos animais e a necessidade de descompactar a “caixa preta” da Natureza para entendimentos contemporâneos do mundo (THRIFT, 2000). Em particular, o foco foi o papel dos animais na construção social da cultura e do indivíduo, da natureza da subjetividade animal, e sua interação como agente. Os tópicos para geógrafos animais incluíram a dicotomia humano-animal, especialmente como e por que esta linha muda ao longo do tempo e do espaço; as relações entre animais e identidades; as formas em que as representações de animais moldam a identidade pessoal e coletiva (ANDERSON, 1997; ELDER, WOLCH, & EMEL, 1998).

Nessa perspectiva o presente trabalho busca um (re)encontro entre a proposta teórico-metodológica de Mendonça (2002; 2004) e uma nova interpretação do papel social dos animais (WOLCH, 2007).

2 Conceitos Propostos Para A Análise Dos Problemas Ambientais Urbanos

Problemas derivados da interação entre a sociedade e a natureza sempre marcaram os espaços de aglomeração humana, sendo mais evidentes nas cidades quando comparados aos espaços rurais contíguos ou distantes (MENDONÇA, 2004).

Geógrafos estão bem conscientes de que a população da Terra está, rapidamente e de forma desigual, urbanizando-se, fazendo do nosso um mundo decididamente urbano. Muito deste mundo urbano é cinza, pavimentado com concreto e asfalto, e/ou marrom, poluído por

² Ver: <http://www.depauw.edu/humanimalia/humanimalifesto.html>

indústrias, automóveis e resíduos. Os desafios do presente dão origem a ansiedade generalizada, bem como à desconfiança sobre a nossa capacidade de deixar um legado de comunidades saudáveis para as futuras gerações. Mesmo nas cidades mais ricas, das nações mais ricas, moradores vivem em um assustador estado de risco, que inclui desde solos tóxicos, poluentes do ar, abastecimento de água poluída, até a extinção de espécies (WOLCH, 2007)

Alguns destes estudos lançaram mão de concepções relativas às diferenças entre o ritmo dos processos da natureza e aquele da sociedade, no sentido de melhor compreender os problemas ambientais urbanos; dentre os autores envolvidos neste tipo de análise pode-se citar Michel Serres (1987) e Santos (1996). Para estes, o tempo da natureza é lento, enquanto o da sociedade, particularmente em sua fase tecnológica presente, rápido. Esta perspectiva evidência considerável generalização, pois nem todo fenômeno natural se processa de forma lenta, assim como nem toda dinâmica social se dá de forma rápida (MENDONÇA, 2004).

As cidades foram construídas e utilizadas, assim como seus impactos, para os humanos, deste modo, para urbanistas fundamentados na teoria neoclássica, as cidades foram construídas por produtores e consumidores racionais, ordenados, com quantificáveis ofertas de rendas, padrões de utilização da terra, e padrões de troca guiados pela “*mão invisível*” e competitivos governos locais (TIEBOUT 1956; ALONSO, 1964; BERRY e HORTON, 1970). Para aqueles de uma orientação mais materialista, cidades surgiram através dos hábitos das lutas do capital, de classe, formações raciais, de gênero e divisões, reguladas por máquinas de crescimento urbano e seus “*apparatchiks*”³ (sombra do Estado) (HARVEY 1973; CARO e COLLINS 1987; MCDOWELL, 1983; LOGAN e MOLOTCH 1987; WOLCH 1990; PRATT e HANSON, 1995). Mas, independentemente da orientação, a maioria dos geógrafos do século XX não pensaram sobre “*os rios urbanos ou árvores de carvalho ou das rãs*” (WOLCH, 2007).

Novos historiadores ambientais insistem que as cidades se constituíram não só na forma, mas também foram moldadas pela agência da natureza (CRONON 1991; WHITE 1996; DAVIS 1998; WALKER 2001; GANDY 2002; COLTEN 2005).

Ecologistas começaram a: construir uma ciência da ecologia urbana; compreender a biodiversidade urbana; traçar nutrientes urbanos, água, e os ciclos de resíduos (BOTKIN e BEVERIDGE, 1997; PICKETT et al 1997;. SCHILLER e HORN 1997; SAUVAJOT et al 1998;. HARWELL et al . 1999; MCKINNEY 2002; GRIMM e REDMAN 2004). Geógrafos culturais construíram a questão da consideração dos animais urbanos como sujeitos e partes interessadas no processo de urbanização (ANDERSON, 1997; PHILO 1995; WOLCH 1996; ELDER, WOLCH, e EMEL 1998; PHILO e WILBERT 2000; WHATMORE 2002; WOLCH 2002).

Alguns planejadores urbanos ao se depararem com a expansão; a pobreza concentrada; a poluição e etc, argumentam que o objetivo não era de cidades sustentáveis em si, mas os padrões de urbanização que possam contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável (CAMPBELL, 1996; MAZMANIAN e KRAFT 1999; PASTOR. et al 2000; SATTERTHWAITTE 2000; WHEELER 2002; BERKE et al 2003;. GEARIN 2004; WOLCH, PASTOR, e DREIER 2004, McGRANAHAN e SATTERTHWAITTE, 2003).

Deste modo, a sociedade urbana ao vivenciar problemas de extrema gravidade para a maioria da população, manifestados em diversos processos de exclusão e injustiça social, passou a demandar uma abordagem mais complexa dos problemas ambientais ali presentes. Portanto, ao se encontrarem expostas a fenômenos naturais, tecnológicos ou sociais impactantes e de ordem eventual e/ou catastróficos, parcelas importantes da população passaram a evidenciar condições de *risco ambiental*.

³ Ver Brzezinski, Zbigniew e Huntington, Samuel P. *Political power: USA/USSR*, Viking Press, 1964, p. 142, 150, 172.

Essa noção de risco ambiental liga-se, então, às ciências da natureza e às ciências da sociedade, e conduz a uma abordagem dual e de interface que concebe, como afirmam Dubois-Maury e Chaline (2002), os riscos urbanos como produto combinado de um “*àlea*” (fenômeno aleatório) e de uma vulnerabilidade (MENDONÇA, 2004).

Ainda assim, a agência dos não-humanos não está contemplada nessas teorias.

3 Vulnerabilidade dos agentes urbanos humanos e não-humanos

As condições de vida da população passaram a desempenhar importante papel na constituição e compreensão dos problemas ambientais urbanos (MENDONÇA, 2004).

Segundo Gottdiener: “*o padrão metropolitano do uso da terra é constituído de áreas isoladas umas das outras, que diferem grandemente na qualidade de vida desfrutada por seus moradores*” (1985, p. 212-213).

A cidade é um mediador das relações de poder, onde cada um deve ficar em seu “*lugar certo*”, incluindo-se aí a exclusão.

Deste modo: “*a política pública não foi capaz de lidar eficazmente com essa segregação socioespacial, na medida em que uma grande barreira conceitual atrapalha sua suavização*” (GOTTDIENER, 1985 p. 213).

Para Grazia e Queiroz (2001, p. 15), o espaço socioambiental é: “*aquele onde vive e no qual articula indissoluvelmente sociedade e meio ambiente*”; consideram eles (p. 14) que os gestores urbanos devem “*buscar a sustentabilidade socioambiental, ou seja, que a evolução da cidade não implique crescente esgotamento dos recursos naturais e exclusão de parcelas sociais*”. Tais autores afirmam que a condição de pobreza de uma determinada população está estreitamente vinculada à condição de formação de riscos e de vulnerabilidade socioambiental. Portanto:

...a par do comportamento especulativo do capital imobiliário, os pobres são muitas vezes impelidos a criar uma cidade ilegal nos interstícios da cidade legal, muitas vezes aproveitando áreas públicas ociosas e/ou de preservação ambiental, incapazes que são de competir no mercado formal da terra urbana. Enquanto o consumo de produtos modernos é estimulado pela mídia e facilitado pelo crédito, o mesmo não ocorre em relação à habitação. Esses moradores constroem por seus próprios meios suas moradas, sem assistência técnica ou financiamento, já que a irregularidade fundiária implica, em geral, em fortes obstáculos ao acesso ao crédito e aos programas habitacionais oficiais. As favelas, mocambos, alagados ou assentamentos clandestinos ou irregulares surgem, proliferam-se, adensam-se, constituindo a única alternativa habitacional para uma grande parte da população que enfrenta, nesse caso, a insegurança quanto à permanência e à precariedade das condições locais. (p. 44).

Tendo a argumentação voltada para as relações capitalistas de produção, o foco principal para a compreensão da dinâmica dos espaços nas periferias geográficas e sociológicas urbanas brasileiras reforça as concepções de segregação social e espacial e de exclusão de parcela importante da população do país (MENDONÇA, 2004)

Deste modo a noção de vulnerabilidade envolve também aspectos relativos à gestão urbana, pois, como o acenaram Dubois-Maury e Chaline (2002, p. 10), “*a vulnerabilidade da cidade concerne evidentemente aquela dos homens e dos bens que ela concentra, mas ela implica, muitas vezes também, aquela de seus poderes, de sua imagem e de sua dimensão*”. Os autores ainda afirmam que:

A vulnerabilidade urbana aos riscos, sejam eles endógenos ou exógenos, é uma noção complexa porque pode ter conteúdos humanos, econômicos, patrimoniais, tecnológicos e organizacionais que se diversificam no espaço e no tempo. O fato fundamental reside na acumulação de homens e de atividades que é própria da cidade, mas que induz à fragilidade(...) (p.21).

Os elementos que compõe a noção de vulnerabilidade urbana parecem observar as várias manifestações bruscas e repentinas da natureza (*natural hazards*) e o meio ambiente, constituem os dois principais responsáveis pelo maior número de problemas socioambientais urbanos. Também é verdade que, isolados, eles não respondem muito, tornando-se imperativo o envolvimento da análise socioeconômica, cultural e política da sociedade face aos riscos urbanos (MENDONÇA, 2004).

Ainda assim, a questão dos não-humanos não figura nessa perspectiva, de modo que trazê-los para a discussão consiste em meta urgente e necessária do ponto de vista moral.

4 A questão dos não-humanos com agentes

Por longo período os estudos animais têm sido usados e interpretados como símbolos ou informações estatísticas. Na geografia os animais frequentemente são interpretados como dados quantitativos ou como objetos de conflito humano ou ainda como símbolos de poder e etc. Nesses casos, os animais são mero reflexo das ações e pensamentos humanos, sem que se considere seu “*status moral*” (ROLLIN, 2006).

Desta forma, há um distanciamento muito grande entre a geografia e a filosofia no que concerne aos animais. Há tempos esse debate se encontra no centro das discussões filosóficas (SINGER, 2004; REGAN, 2006; ROLLIN, 2006; CARRUTHERS, 1992 entre outros).

A idéia de “*agente*” (habilidade de decisão independente) era usada como fundamental diferença entre humanos e outros animais. No entanto, uma nova forma de pensar reinterpreta essa concepção. Os trabalhos de Descola (2005), Latour (1991), Haraway (2003), Singer (2004), Regan (2006) e Rollin (2006), apenas para citar alguns, apresentam uma nova face desse conceito. O “*status moral*” dos animais mudou. Os trabalhos de campo de Goodall (1986), Fouts (1997) e Grandin (1998) trazem evidências dessa transformação.

O interesse demonstrado pelos humanos a respeito dos animais (e sua recíproca) pode ser interpretado e compreendido de forma diferente, muito além das interpretações simbólicas (ARLUKE & SAUNDERS, 1996). Os pets, em especial, não são mais sinais de antropomorfizações, e estudos recentes (ARLUKE & SAUNDERS, 1996; SERPELL, 1995, 1996; SERPELL & PAUL, 2006) sugerem outra interpretação das relações humano-animal. Agora ambos, humanos e não-humanos, são atores que precisam ser entendidos nas relações com o meio e o espaço.

Uma série de conotações simbólicas é, todavia, ligada a representações ocidentais do “*selvagem*” (BENTON 1993, p. 66; WILBERT 1999), como um lugar de liberdade, de anarquia, de redenção, de contemplação e afins, e há uma idealização comum que concebe os humanos como “*estranhos*” (eles estão “fora de lugar”), e impede a sua própria busca de experiências extremas na natureza para interferir com os animais que ocupam esses espaços remotos. No entanto, na realidade, a apropriação capitalista das terras e mares como propriedade privada, ou como objetos de acordo contratual para uma infinidade de direitos de extração de Estados-nação, vê a totalidade da biosfera global, as mais selvagens terras, incluídas dentro da órbita do controle humano e intervenção (BENTON 1993, p. 66-67).

Desta forma, entendendo o espaço como político (LEFREBVRE, 2008), deve-se refletir

sobre a questão da inclusão dos animais nessa discussão.

Os autores mostram que em geral as políticas públicas são de extermínio dos animais. Nesse sentido Aprobato Filho (2006) também apresenta a mesma lógica na urbanização nascente no Brasil, especialmente em São Paulo, e as políticas públicas de extermínio e exclusão dos animais e grupos minoritários associados.

Os aumentos das populações urbanas demandam alternativas à tradicional política de extermínio de controle animal. Especialistas em vida selvagem argumentam que um manejo em larga escala requer assegurar que as populações selvagens/silvestres serão mantidas dentro da capacidade disponível de seus habitats para não causar risco à segurança humana. No entanto aí está o conflito. Quanto mais se pensa em expansão urbana, nos moldes tradicionais, menor será a capacidade dos habitats naturais de sustentar sua população silvestre, proporcionando assim a “invasão”, “transgressão” desses animais para o meio urbano, pensado como exclusivamente humano.

Muitos desses movimentos tiveram suas bases em ideias ecocêntricas como a Teoria Gaia (LOVELOCK, 1995), Ecologia Social (BOOKCHIN, 1990), Ecologia Profunda (NAESS, 1988) ou Ecofeminismo (RUETHER, 1995). Ainda, em suas bases destacam as ideias popularizadas de Singer (2004) e Regan (2006). No entanto, Wolch, West e Gaines (1995) afirmam que os ecologistas, em geral, primam pela questão humana, muitas vezes sendo contrários aos direitos animais.

A zoópolis apresenta tanto desafios como oportunidades para aqueles comprometidos com o eco socialismo, feminismo e antirracismo no futuro urbano. O desafio é mudar a arraigada divisão no pensamento teórico sobre os não-humanos e seu lugar na moralidade humana. Talvez mais crucial seja a mudança política prática, onde a teoria dá lugar a situações éticas, coalizões e a formação estratégica de alianças. Assim, Wolch (1996) aqui se aproxima dos discursos mais radicais, como exposto por Best e Nocella (2004).

Zoópolis convida a uma crítica contemporânea da urbanização do ponto de vista dos animais, mas também da perspectiva das pessoas, que junto com os animais sofrem com a poluição urbana, degradação urbana e quem é negado a experiência do reino animal como outro [...]. Rejeitando a alienação de modelos de parques para a diversão humana, a zoópolis questiona por um futuro que animais e natureza não mais ficarão encarcerados além do alcance de nossa vida cotidiana (WOLCH, 1996 p. 135).

Wolch (1996) busca avançar ao incluir os animais selvagens na discussão do planejamento urbano, mas ignora (ou deliberadamente deixa de fora) os animais domesticados e sinantrópicos.

Suas ideias se aproximam da perspectiva de reforma da cidade para incluir os animais (como uma forma de renaturalização da cidade), em contraposição à perspectiva de Donaldson e Kymlicka (2011). Esta, por sua vez, busca integrar os animais na “nossa” sociedade (uma forma de desnaturalização da essência animal), ao passo que alguns anarquistas, em especial John Zerzan (1994), buscam uma “nova” cidade, ou melhor, destruir a ideia de cidade e reintegrar-se à natureza. Nesse sentido, é interessante notar que cada uma dessas abordagens traz consigo fundamentos novos sobre os animais:

- 1) Liberação Animal (John Zerzan, Peter Singer, etc.) – fim de toda opressão; coerência filosófica; incoerências nas práxis;

- 2) Zoopolis (Donaldson e Kymlicka) – direito de cidadão aos animais; dependência de nossas relações; apesar de não ignorar a agência dos animais, acaba sendo incoerente com essa visão;
- 3) Zoópolis (Wolch) – busca reformular a cidade; fundamenta-se na agência dos animais; ignora os animais domesticados; foco na cultura/gênero;

Os trabalhos de Wolch (1996), também poderiam ser enquadrados no eixo de Geografia Animal Urbana, proposto por Urbanik (2013), por reafirmar a existência de uma construção do espaço multi-espécie. Porém, a pesquisa de Wolch vai além, contemplando também questões relativas à interface humano-animal; ética; identidade; animais-sujeitos e animais silvestres, e outros 4 eixos propostos por Urbanik (2013).

5 O lugar certo

Outro ponto relevante é o lugar dos animais (humanos e não-humanos). Onde estão os animais? Onde eles podem ir? Quem permite seu deslocamento no espaço?

O espaço descreve onde podem estar os animais (por acaso não é o leão um animal exclusivo da África? Da Savana?). A atribuição do “*lugar certo*” tem sido a principal característica da nossa relação com os animais. Cães são proibidos de entrar em supermercados, com exceção de cães-guia; o gado deve ficar nos pastos, mas na Índia circulam livremente pelas ruas das cidades; nossos pets (em especial os cães) devem ficar em casa nos protegendo ou nos fazendo companhia, mas na China são criados para serem servidos como uma iguaria. Essa aparente contradição é a chave para se entender nossas relações com os animais no espaço, assim como nossas concepções e reconfigurações desse espaço.

Os estudos de Isabelle Mauz (2005) na French National Park mostram que, para os humanos, os animais devem ter seu lugar: um “*lugar certo*” que pode se modificar, mas que deve ser definido em algum momento para permitir a convivência entre humanos e não-humanos.

Nesses casos o conflito é inevitável quando se muda o “*lugar*” dos animais. Essa idéia sobre a separação entre humanos e não-humanos parte da extensão progressiva da exclusão da maior parte das cidades, como apresenta Philo (1995) e Valles (1995).

Deste modo, tomando como perspectiva a questão dos animais serem também “atores” pode-se tornar o tema ainda mais complexo, principalmente tratando-se dos pets. Pode-se, por exemplo, questionar se não são os pets um grupo minoritário e, portanto, excluído? Será que não sofrem o mesmo tipo de exclusão/discriminação no espaço urbano? Podemos considerar alguns pets como bons cidadãos e, deste modo, permitir-lhes acesso a todos os lugares (cães-guia, por exemplo), enquanto outros são marginalizados, quem sabe até eliminados (nos casos dos cães de rua)?

Por outro lado, essa discussão não compreende toda a nossa relação com os animais. De fato, esse distanciamento raramente caracteriza nossas relações com os pets. Continuidade pode ser uma forma mais eficaz de definir essas nossas relações (PORCHER, 2011).

De forma mais concreta a negociação entre esses atores é que melhor define suas relações e sua interpretação e configuração do espaço.

Os espaços são criados, reconfigurados, não para separar os humanos dos animais, mas sim para criar as condições necessárias para o seu encontro. Parques são apropriados por

donos de pets para interagirem entre si e com outros animais (humanos e não-humanos). Organiza-se nossa relação com os não-humanos (e nos casos dos pets a minha tese é que com os humanos proprietários de pets também) através de uma constante negociação de costumes e práticas no entorno, de forma não autoritária, portanto anarquista.

Para Helen Steward (2009, p.217), os animais são capazes de agência, pois, como muitos afirmam, são capazes de: “[...] *construir ninhos, tocar, de buscarem comida, e, de forma mais sofisticada, até se comunicarem uns com os outros.*”

Essa capacidade de agência, afirma Steward (2009), em humanos é percebida apenas a partir das ações em crianças de mais de 2 anos.

Para Steward (2009, p. 226) o conceito de agência se dá da seguinte forma:

I – um agente pode mover o todo, ou, pelo menos, algumas partes, de algo que estamos inclinados a pensar seu corpo;

II - um agente é um centro de alguma forma de subjetividade;

III - um agente é algo que constitui, pelo menos alguns tipos rudimentares de Estado intencional (por exemplo, tentando, querendo, percebendo);

IV - um agente é um árbitro das questões relacionadas com alguns dos movimentos de seu próprio corpo, as ações por meio das quais os movimentos são efetuados a partir da vontade do agente, e não apenas como reflexos de estímulos externos ou gatilhos de qualquer tipo.

Podemos, então, afirmar que, com base nas ideias de Steward (2009), devemos repensar a quem atribuir agência e, desta forma, repensar nossas relações de construção do espaço exclusivamente antropocêntrico.

Afirma Steward (2006) que o antropocentrismo é uma forma de dominação.

Eu acho que uma aliança imensamente poderosa de forças intelectuais tem conspirado contra a visão de que os animais podem realmente ser agentes. Algumas dessas (muitas formas culturais e religiosas do antropocentrismo) há muito nos incentivou a fazer tantas separações claras entre nós (humanos capazes) e nossos parentes animais (STEWART, 2009 p. 228).

No cerne desta discussão e concordando com Steward (2009), Chris Pearson (2013), nos apresenta a questão na agência dos animais utilizados em guerra.

Para Pearson (2013), os animais utilizados em guerras são mais do que simplesmente treinados, são capazes de agir de acordo com suas intenções, mesmo porque não é a intencionalidade um pré-requisito para a agência.

Os seres humanos podem agir irracionalmente, mas isso não afeta seu estado fundamental como seres racionais. Em contraste, Descartes afirmou que os animais são autômatos. Não tendo nenhuma autoconsciência, eles poderiam sentir dor, mas não é isso que aparenta ocorrer. Neste sentido houve pouco para diferenciar um macaco de uma ostra (PEARSON, 2013 p. 130).

A afirmação de Pearson (2013), propõe a ideia de que o conceito antropocêntrico/eurocêntrico é colonialista e dominatório, e que os antropólogos nos mostram que essa dicotomia entre humanos e animais, baseada na agência, não é universal.

Afirma Pearson:

Há uma divisão humano-animal que está geograficamente situado. Os antropólogos têm demonstrado que em algumas sociedades não-ocidentais não existe sentido na

divisão humano-animal da mesma forma como acontece no Ocidente. Eles argumentam que algumas comunidades indígenas compartilham um sentimento de interconexão, comunicação, e de parentesco com animais e outros não-humanos. Mesmo no Ocidente, tem havido um longo debate, confusão e ansiedade sobre a fronteira entre os seres humanos e outros animais (PEARSON, 2013 p. 131).

Abordando a perspectiva da teoria Ator-Rede, Pearson (2013) aponta que para Bruno Latour (1988, 2004, 2005) e outros defensores da “Teoria Ator-Rede” (ANT) a natureza e a sociedade não são dados. De acordo com a Teoria Ator-Rede, essas entidades são criadas, e estão se explicando, pela circulação de coletivos híbridos de quase-objetos e quase-sujeitos. Para Latour (2005), a natureza e a sociedade não são dois polos distintos, mas uma mesma produção de estados sucessivos de sociedades, naturezas, de coletivos. Em termos mais simples, afirma Steward (2013 p.132): “*o mundo é muito ‘mais confuso’ do que a divergência humanos-não-humanos*”.

Nessa miscigenação, afirma Haraway (2003), os cães nos ajudaram a nos tornar humanos. Isso indica que talvez tenhamos que repensar nossas relações com os animais e colocá-los mais em evidência do que o fazemos hoje.

A agência dos animais não-humanos modifica toda nossa interpretação sobre a construção do espaço sociocultural. Isso quer dizer que o que achávamos ser o cerne do entendimento da nossa sociedade, desloca-se para uma ação mútua entre humanos e não-humanos em seus encontros e conflitos.

Para exemplificar essa ideia, Steward (2013) aponta a pesquisa de Chapuis e Varlet (1987), em que afirmam:

Como agentes humanos, cães não são estáticos: eles podem mudar e aprender em relação a outros seres e seu ambiente. Outros estudos descobriram que os cães são capazes de navegar através de pontos de referência e de formar mapas mentais de seu ambiente. Eles são também capazes de criar atalhos entre pontos diferentes com base na sua experiência anterior do meio ambiente (CHAPUIS & VARLET, 1987 p. 54).

Outro ponto que destacamos no trabalho de Steward (2013) é que ele aponta que novas pesquisas apontam para um mutualismo entre humanos e cães e não uma hierarquização.

Essa afirmação nos parece interessante, pois a ideia de um mutualismo em vez de uma hierarquização nas relações humano-animal vem ao encontro da nossa perspectiva de uma negação das relações dominatórias.

Os eixos temáticos propostos por Urbanik (2013) não enquadram essa possibilidade de um mutualismo ou cooperação entre humanos e animais, o que acreditamos ser um dos pontos centrais nessas relações.

6 Considerações finais

A proposta deste trabalho foi fazer uma reflexão sobre a questão animal como agente, dentro do planejamento urbano.

Sabe-se que esse ainda é apenas o início da discussão, que perpassa questões filosóficas, sociológicas e políticas, sobre a possibilidade dos não-humanos como agentes/atores.

De toda forma, a proposta de inclusão dos animais (não-humanos) nas metodologias de planejamento urbano se faz necessária, expondo-se as evidências morais e a importância



sociocultural dos animais não-humanos na construção das relações urbanas.

Por fim, acreditamos que a direção do planejamento urbano deva incluir os agentes não-humanos, constituindo assim uma verdadeira possibilidade de cidades mais-que-humanas, em que a dicotomia sociedade/natureza seja definitivamente superada.

Referências

- ALONSO, W. **Location and land use**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1964.
- APROBATO FILHO, Nelson. **O Couro E O AÇO**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- BENTON, T. **Natural Relations: Ecology, Animal Rights and Social Justice**, London: Verso, 1993.
- BERKE, P.R.J. et al. Green development to protect watersheds: Does New Urbanism make a difference? *J. Am. Planning Association*, v. 69, p.397–413, 2003.
- BERRY, J. J. L.; HORTON, F. **Geographic perspectives on urban systems**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall, 1970.
- BEST, Steven; NOCELLA, Anthony J. (Ed.). **Terrorists or freedom fighters?: Reflections on the liberation of animals**. Lantern Books, 2004.
- BOOKCHIN, Murray. Radical politics in an era of advanced capitalism. *Our Generation*, v. 21, n. 2, p. 1-12, 1990.
- BOTKIN, D. B.; BEVERIDGE, C. E.. Cities as environments. *Urban Ecosystems* 1, p.3–19, 1997.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011.
- CAMPBELL, S. 1996. Green cities, growing cities, just cities? *Journal of the American Planning Association* 62:296–312, 1996.
- CARO, T. M.; COLLINS, D. A. Male cheetah social organization and territoriality. *Ethology*, v. 74, n. 1, p. 52-64, 1987.
- CARTMILL, M. **View to a Death in the Morning**, Cambridge: Harvard University Press, 1993;
- CHAPUIS, Nicole; VARLET, Christian. Short cuts by dogs in natural surroundings. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology*, v. 39, n. 1, p. 49-64, 1987.
- COLTEN, C.. **An unnatural metropolis: Wrestling New Orleans from nature**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2005.
- CRONON, W.. **Nature's metropolis: Chicago and the Great West**. New York: Norton, 1991.
- DAVIS, M. **Ecology of fear**. New York: Metropolitan Books, 1998.
- DONALDSON, Sue; KYMLICKA, Will. **Zoopolis: A political theory of animal rights**. Oxford University Press, 2011.
- DOUGLAS, M. **Implicit Meanings**, London: Routledge and Kegan Paul, 1975.
- DUBOIS-MAURY, J.; CHALINE, C. **Les risques urbains**. Paris: Armand Colin, 2002.
- FIDDES, Nick. **Meat: A natural symbol**. Routledge, 2004.
- GANDY, M. **Concrete and clay: Reworking nature in New York**. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.
- GEARIN, E. Smart growth or smart growth machine? In **Up against the sprawl: Public policy and the making of Southern California**, ed. J. Wolch, M. Pastor Jr., and P. Dreier, 279– 342. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.
- GOODMAN, D. & REDCLIFT, M. **Refashioning Nature: Food, ecology and Nature**. London: Routledge, 1991.
- GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.
- GRAZIA, G.; QUEIROZ, L. L. et al. **O desafio da sustentabilidade urbana**. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 2001. (Série Cadernos Temáticos, n. 5).
- GRIMM, N. B.; REDMAN, C. L. Approaches to the study of urban ecosystems: The case of Central Arizona– Phoenix. *Urban Ecosystems* 7, p.199–213, 2004

- HARAWAY, Donna. **The companion species manifesto: Dogs, people, and significant otherness**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003
- HARTSHORNE, Richard. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 29, n. 03 e 04, p. 01-482, 1939.
- HARVEY, D. **Social justice and the city**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973
- HARWELL, C. E.; DEREN, C. W.; SYNDER, G. H.; SOLECKI, W. D.; WILSON, D. HARWELL, J.; M. Use of a conceptual model of societal drivers of ecological change in South Florida: Implications of an ecosystem management scenario. **Urban Ecosystems** 3, p.345–68, 1999
- INGOLD, T. **What Is Animal?** London: Routledge, 1994.
- LATOURET, B. Mixing Humans and nonhumans together: The sociology of a door-closer. **Social Problems** 1988; 3(pt35):p-298-310.
- LATOURET, B. **Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory** Clarendon. 2005.
- LATOURET, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Edusc, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LOGAN, J.; MOLOTCH, H. **Urban fortunes: The political economy of place**. Berkeley: University of California Press, 1987.
- LOVELOCK, James. **The ages of Gaia: A biography of our living earth**. Oxford University Press, 1995.
- MAZMANIAN, D.; KRAFT, M. (eds.) **Toward sustainable communities: Transitions and transformations in environmental policy**. Cambridge, MA: MIT Press, 1999
- MCDOWELL, L.. Towards an understanding of the gender division of urban space. **Environment and Planning D: Society and Space** 1, p.59–72,1983
- MCGRANAHAN, G.; SATTERTHWAITTE, D. Urban centers: An assessment of sustainability. **Annual Review of Environmental Resources** 28, p.243–74, 2003.
- MCKINNEY, M. L.. Urbanization, biodiversity and conservation. **BioScience** 52, p. 883–90, 2002
- MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. In: **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.
- MENDONÇA, F. **Impactos socioambientais urbanos**. Curitiba: UFPR, 2004.
- MENNELL, S. **All Manners of Food**. Oxford: Blackwell, 1993.
- NAESS, Arne. Deep Ecology and Ultimate Premises. **Ecologist**, v. 18, p. 128-31, 1988.
- NEWBIGIN, Marion Isabel. **Animal geography: The faunas of the natural regions of the globe**. Clarendon press, 1913.
- PASTOR, M. Jr.; DREIER, P.; GRIGSBY, J. E.; LOPEZ-GARZA, M. **Regions that work: How cities and suburbs can grow together**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000.
- PEARSON, Chris. Dogs, history, and agency. **History and Theory**, v. 52, n. 4, p. 128-145, 2013.
- PICKETT, S. T. A.; BURCH Jr, W. R.; DALTON, S. E.; T. W. FORESMAN; GROVE, J. M.; ROWNTREE, R... A conceptual framework for the study of human ecosystems in urban areas. **Urban Ecosystems** 1, p. 185–99, 1997.
- PRATT, G.; HANSON, S. **Gender, work, and space**. London: Routledge, 1995
- PRENANT, M. **Geographie Des Animaux**. 1933.
- REGAN, T. **The case of animal's rights**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 2006.
- RITVO, H. **The Animal Estate: The English and other creatures in the Victorian age**. Cambridge: Harvard Press University, 1987.

- ROLLIN, Bernard. E. **Animal rights and human morality**. New York: Prometheus Books, 2006.
- RUETHER, Rosemary Radford. **New woman, new earth: Sexist ideologies and human liberation**. Boston: Beacon Press, 1995.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SATTERTHWAITE, D., (ed) **Sustainable cities**. London: Earthscan, 2000.
- SAUVAJOT, R. M.; BUECHNER, M.; KAMRADT, D. A.; SCHONEWALD, C. M. Patterns of human disturbance and response by small mammals and birds in chaparral near urban development. **Urban Ecosystems** 2, p.279–97, 1998.
- SCHILLER, A.; HORN, S. P. Wildlife conservation in urban greenways of the mid-southeastern United States. **Urban Ecosystems** 1, p.103–16, 1997.
- SERRES, M. **Le contrat naturel**. Paris: Flammarion, 1987.
- SINGER P., **Libertação Animal**, Porto Alegre, Lugano, 2004
- SORRE, Maximilien. **Fondements de la géographie humaine**. 1947.
- STEWART, H. C. Determinism and inevitability. **Philosophical studies**, v. 130, n. 3, p. 535-563, 2006.
- STEWART, Helen. Animal agency. **Inquiry**, v. 52, n. 3, p. 217-231, 2009.
- STEWART, Helen. Processes, continuants, and individuals. **Mind**, v. 122, n. 487, p. 781-812, 2013.
- THOMAS, K., **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia das Letras.1983
- TIEBOUT, C. M. A pure theory of local public expenditures. **Journal of Political Economy** 64, p.416–24, 1956.
- TWIGG, J. Vegetarianism and the meaning of meat in MORCOTT, A. (ed.) **The Sociology of Food and Eating** London: Gower , 1983.
- URBANIK, Julie. **Placing animals: An introduction to the geography of human-animal relations**. Rowman & Littlefield, 2013.
- VEYRET, Paul. **Géographie de l'élevage**. Gallimard, 1951.
- VIALLES, N. **Animal to Edible**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- WALKER, R. California's golden road to riches: Natural resources and regional capitalism. **Annals of the Association of American Geographers** 91, p.167–99. 2001.
- WHATMORE, S. **Hybrid geographies: Nature culture spaces**. London: Sage, 2002.
- WHEELER, S. M. The new regionalism: Key characteristics of an emerging movement. **Journal of the American Planning Association** 68, p.267–78, 2002.
- WHITE, R. **Organic machine**. New York: Hill & Wang, 1996.
- WILBERT, C. 'Anti-this—against-that: resistances along a human—non-human axis', in SHARP, J.; ROUTLEDGE, P.; PHILO, C.; PADDISON, R.(eds) **Entanglements of Power: Geographies of Domination/Resistance**, London: Routledge, 1990.
- WOLCH, J. Green Urban Worlds, **Annals of the Association of American Geographers**, N° 97 Vol. 2, p.373-384, 2007.
- WOLCH, J. Anima urbis. **Progress in Human Geography** 26, p.721–42, 2002.
- WOLCH, J. **The shadow state: Government and voluntary sector in transition**. New York: The Foundation Center, 1990
- WOLCH, J. Zoópolis. **Capitalism, Nature, Socialism** 7, p.21–47, 1996.
- WOLCH, J., WEST, K., & GAINES, T. E.. Transspecies urban theory. **Environment and Planning D. Society and Space**, 13, 735-760, 1995
- WOLCH, J.; PASTOR Jr, M.; DREIER, P.(eds). **Up against the sprawl: Public policy and the making of Southern California**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.
- WOLCH, Jennifer. Zoópolis*. **Capitalism nature socialism**, v. 7, n. 2, p. 21-47, 1996.



ZERZAN, John. **Future primitive: and other essays**. New York:: Autonomedia, 1994.